REPÓRTER MACEIÓ

EDIÇÃO ESPECIAL

Atividades da Assembleia Legislativa de Alagoas

ALAGOAS, 19/02/2025 - ANO I - EDIÇÃO 007 - R$ 0,00 REPORTERMACEIO.COM.BR

OBJETIVOS

Deputado Delegado Leonam Pinheiro fala sobre suas intenções políticas para 2025 durante sessão inaugural da Assembleia Legislativa de Alagoas.

SEGURANÇA

Projeto de lei autoriza mulheres em Alagoas a usar armas de choque e spray de pimenta para defesa pessoal.

ALAGOAS

Parecer favorável à reeleição de Marcelo Victor como presidente da ALE AL gera polêmica entre procurador e deputado federal

DE VOLTA

Assembleia Legislativa retoma trabalhos com apresentação do Plano de Governo

A Assembleia Legislativa retoma os trabalhos nesta terça-feira, dia 18, às 16 horas, conforme preveem a Constituição Estadual e o Regimento Interno do Poder Legislativo.

O retorno das atividades parlamentares ocorre por meio de Sessão Solene de instalação dos trabalhos da 3ª sessão legislativa da 20ª legislatura. Na ocasião, o presidente da Casa, deputado Marcelo Victor, receberá o governador do Estado, Paulo Dantas, ou seu representante, para a apresentação do Plano de Governo para o exercício de 2025.

A expectativa é de que este ano seja tão produtivo quanto 2024, período em que o Parlamento registrou uma vasta produção legislativa, incluindo projetos de lei, indicações e requerimentos, além de uma das maiores médias de presença de parlamentares em plenário.

A relação harmônica entre os poderes também foi um marco dos últimos dois anos desta 20ª legislatura, assim como o diálogo democrático com a sociedade, evidenciado pelo grande número de sessões especiais e audiências públicas realizadas sobre os mais variados temas de interesse da população alagoana, promovendo uma maior interação entre os parlamentares e os setores organizados da sociedade.

UNANIMIDADE

Assembleia Alagoana Aprova Bonificação Extraordinária para Profissionais da Educação

Em uma sessão extraordinária ocorrida nesta terça-feira, a Assembleia Legislativa aprovou de maneira unânime o projeto de lei ordinária nº 1258/2024, proposto pelo Poder Executivo. A medida visa conceder uma bonificação extraordinária aos profissionais da Secretaria de Estado da Educação, em reconhecimento aos esforços realizados no âmbito do Programa Escola 10 e pelo desempenho obtido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023. Tal bonificação se aplica a todos os profissionais em exercício na Educação, abrangendo servidores efetivos, cargos comissionados e contratados temporários.

Este incentivo possui caráter indenizatório e não se incorporará à remuneração regular dos profissionais. Os valores a serem distribuídos equivalem ao 13º salário de 2024 para aqueles que alcançaram as metas do IDEB, enquanto os demais receberão metade desse valor. A bonificação será paga por meio de depósito bancário nas contas vinculadas à folha de pagamento.

Aprovado o texto, o deputado Ronaldo Medeiros destacou a importância desta iniciativa, agradecendo seus pares e o governador Paulo Dantas por priorizarem uma pauta crucial para a educação de Alagoas, principalmente durante o recesso. Medeiros reforçou que a medida beneficia milhares de educadores no estado. Por sua vez, o deputado Delegado Leonam ressaltou o impacto positivo do projeto para o desenvolvimento social e econômico por meio da valorização dos educadores, fundamental para o futuro de Alagoas. No entanto, não deixou de assinalar deficiências estruturais observadas em algumas escolas, como falta de abastecimento de água e instalações inadequadas, questões que ameaçam a qualidade da educação no estado. Essas falhas pontuadas evidenciam a urgência de melhorias para garantir ambientes adequados ao desenvolvimento educacional.

OBJETIVOS

Deputado Delegado Leonam Pinheiro fala sobre suas intenções políticas para 2025 durante sessão inaugural da Assembleia Legislativa de Alagoas

Na tarde desta terça-feira (17), o Deputado Delegado Leonam Pinheiro, da bancada da UNIÃO, concedeu uma entrevista exclusiva ao portal de notícias Agora Alagoas durante a sessão inaugural da Assembleia Legislativa de Alagoas. O parlamentar compartilhou suas intenções políticas para o ano de 2025 e enfatizou que pretende manter uma postura independente, firme e voltada para a melhoria da saúde, educação e geração de empregos no estado.

Durante a entrevista, foram abordadas questões sensíveis como a crise na segurança pública, os altos índices de analfabetismo, a falta de acesso aos serviços de saúde e a escalada da criminalidade em Alagoas. O Deputado Leonam ressaltou que esses problemas são agravados pela falta de postura do governo estadual, destacando a necessidade de uma atuação mais efetiva por parte das autoridades. "Estamos aqui para cobrar do governo uma postura firme e comprometida com o povo alagoano", declarou o Delegado.

Além disso, o Deputado demonstrou gratidão pela confiança e apoio recebidos da população, ressaltando que as demandas apresentadas na Assembleia têm sido atendidas, o que tem gerado resultados positivos em sua atuação política. Leonam enfatizou a importância de cobrar das autoridades responsáveis ações concretas para solucionar os problemas enfrentados pela população, garantindo que continuará lutando em prol do bem-estar e progresso de Alagoas.

Ao encerrar a entrevista, o Deputado Delegado Leonam reafirmou seu compromisso com a defesa dos interesses dos alagoanos e sua disposição para enfrentar os desafios e obstáculos que se apresentarem em seu caminho político. Sua postura firme e independente tem conquistado a confiança dos cidadãos e a expectativa é de que seu trabalho continue a gerar impacto positivo na vida dos alagoanos nos próximos anos.

SEGURANÇA

Projeto de lei autoriza mulheres em Alagoas a usar armas de choque e spray de pimenta para defesa pessoal

O deputado Delegado Leonam Pinheiro protocolou um projeto de lei na Assembleia Legislativa de Alagoas que tem como objetivo instituir o Programa de Promoção da Defesa Pessoal e Autoproteção Responsável para as mulheres. Este programa visa capacitar as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou vítimas de violência doméstica, para a defesa pessoal e autoproteção responsáveis, além de garantir o acesso seguro a instrumentos não letais de legítima defesa.

A proposta do projeto é permitir que o Poder Executivo Estadual, através das Secretarias de Segurança Pública, de Justiça e Direitos Humanos e da Mulher, possa promover ações de orientação e treinamento em defesa pessoal para as mulheres. Com o aumento da violência doméstica e de gênero, a segurança e o bem-estar de todas as mulheres estão em risco. Portanto, medidas urgentes são necessárias para garantir sua integridade física e psicológica.

Dentre as ações previstas no projeto estão aulas regulares e itinerantes, palestras, seminários e outras atividades educativas, com conteúdo mínimo sobre técnicas de desvencilhamento, defesa e ataque, com ou sem o uso de instrumentos não letais, baseados em estilos de artes marciais. As aulas serão ministradas por profissionais de artes marciais ou graduados em Educação Física, especializados em defesa pessoal, conforme regulamentação pertinente.

O projeto autoriza mulheres maiores de 18 anos, residentes em Alagoas, a adquirir, possuir e portar armas de incapacitação neuromuscular não letais, como dispositivos de eletrochoque e sprays de extratos vegetais para legítima defesa. O Certificado de Registro de Posse e Porte de Arma de Incapacitação Neuromuscular será emitido pelos órgãos de segurança pública do Estado, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos.

A aprovação deste projeto representará um avanço significativo na proteção das mulheres de Alagoas, promovendo sua autonomia e segurança, ao mesmo tempo em que combate a violência de gênero de maneira inovadora e responsável. A implementação do programa e a acessibilidade a instrumentos de defesa demonstram o comprometimento com a proteção integral das mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e segura para todas.

VOLTA

Na abertura dos trabalhos legislativos, Marcelo Victor reforça apoio do Parlamento ao Executivo

Na abertura dos trabalhos legislativos, os parlamentares receberam o governador do Estado, Paulo Dantas, para uma apresentação do Plano de Governo para o exercício de 2025. Após o chefe do Executivo realizar seu pronunciamento, o presidente do Legislativo, deputado Marcelo Victor, parabenizou e elogiou o preparo de Dantas.

"Quando o governador se digna em vir ao Parlamento e usar a tribuna - como tantos grandes homens que já passaram pelo Estado de Alagoas -, explicando o que faz à frente do Governo, demonstra que é um político maduro e que deve respeito ao povo. Mais que isso: quando faz um discurso sem precisar de apontamentos, demonstra que é, sim, o capitão do barco. É quem toca o dia a dia da administração do Governo", exaltou Marcelo Victor, que em nome do Parlamento enalteceu o que classificou de 'discurso memorável'.

"O governador disse o que fez, faz e o que irá fazer, dando previsibilidade, segurança e organização política para que o Estado possa seguir se desenvolvendo", prosseguiu o presidente. Marcelo Victor lembrou que os parlamentares têm direito à voz, de forma irrestrita e ilimitada, mas que o Parlamento se expressa por meio de votações. "Vossa excelência tem 100% de apoio na Casa de Tavares Bastos. Nenhuma matéria do Governo foi aqui rejeitada, o que demonstra sua competência no processo político", reforçou o presidente.

Marcelo Victor lembrou também que uma das missões mais importantes de um parlamentar é a proposição de políticas públicas. "O Parlamento alagoano é ativo, propondo politicas publicas, fiscalizando o Governo e cobrando resultados", concluiu o presidente sobre a atuação da Assembleia na atual gestão. Agradecendo a Paulo Dantas mais uma vez, o presidente reforçou que "o governador realmente dá o seu melhor e, sendo assim, sempre contará com o apoio do Parlamento alagoano".

ASSEMBLEIA

Paulo Dantas faz balanço das atividades e apresenta Plano de Governo aos parlamentares

A abertura dos trabalhos legislativos contou com a presença do governador Paulo Dantas, que veio ao Parlamento alagoano, nesta terça-feira, 18, para entregar o Plano de Governo para o exercício de 2025. Durante o pronunciamento, Dantas destacou a parceria entre os Poderes constituídos e falou das ações executadas pelo Governo do Estado nas áreas da Saúde, Educação, Segurança e Infraestrutura. De acordo com Paulo Dantas, nesses últimos dois anos, seu mandato já cumpriu com 60% do que foi proposto à população alagoana. "Nós estamos com 50% do mandato e cumprimos 60% do nosso programa de Governo, protocolado junto a Justiça Eleitoral de Alagoas, e que foi combinado com a população em 2022", assegurou o governador.

Ele iniciou sua fala agradecendo a parceria com a Casa de Tavares Bastos que, por meio de discussões em torno das propostas encaminhadas pelo Executivo, dá condições legais para a execução dos projetos que visam o desenvolvimento socioeconômico do Estado. "Agradeço toda a parceria, todo o trabalho, toda a discussão propositiva e exitosa que esta Casa faz em torno dos bons projetos encaminhados".

Para este ano, Paulo Dantas anunciou mais investimentos na área da Saúde, com a entrega de novas unidades: o Hospital do Idoso, em Maceió; o Hospital Metropolitano do Agreste, em Arapiraca; uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), em Rio Largo; e o Hospital do Médio Sertão, em Palmeira dos Índios.

Na área da Educação, o governador ressaltou a parceria com os 102 municípios, investindo desde a 1ª infância, com a construção de creches. O ensino superior também receberá investimentos com a inauguração da sede da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), em Arapiraca. Ainda serão inauguradas este ano sedes em Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos. Paulo Dantas informou que áreas como Segurança Pública, Infraestrura e Desenvolvimento Social e Econômico serão contempladas nos próximos anos de seu Governo.

ALAGOAS

Discutido projeto que obriga publicação de alteração de tarifas cobradas pelas prestadoras de serviços públicos

Na primeira sessão ordinária de 2025, os parlamentares presentes apreciaram 10 itens na ordem do dia, entre eles o projeto de lei ordinária nº 228/2023, de autoria da deputada Gabi Gonçalves (PP). O texto, discutido em primeiro turno, dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação dos cálculos de reajuste, revisão ou alteração tarifária pelas prestadoras de serviços públicos delegados.

Os serviços públicos delegados compreendem rodovias concedidas sujeitas à fiscalização estadual; transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros; e serviços públicos de saneamento básico sujeitos à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal), compreendendo o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário.

Segundo Gabi Gonçalves, seu projeto obriga as prestadores de serviços a divulgarem, em Diário Oficial e em seus sites, os cálculos de revisão, alteração e reajuste das tarifas cobradas da população pela utilização dos serviços, assim como divulgar histórico dos cálculos e a evolução das revisões. "A medida busca fornecer aos consumidores e à população informações claras e de fácil acesso sobre a composição das tarifas dos serviços públicos, possibilitando fiscalização quanto aos critérios de reajuste e revisão das tarifas", justifica a deputada, acreditando que estas informações poderão subsidiar a sociedade na cobrança ao Poder Público quanto aos critérios utilizados para definir o aumento das tarifas previstos.

Comissão de Meio Ambiente irá debater sobre construção de megatorres na Lagoa da Anta

Durante a sessão desta quarta-feira, 19, o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais da Casa, deputado Delegado Leonam (União Brasil), convidou os parlamentares e a população para participarem, no próximo dia 10 de março, de uma audiência pública que irá debater a preservação da Lagoa da Anta, no bairro da Jatiúca, em Maceió. O deputado explica que o tema veio à tona devido a um projeto que prevê a construção de cinco megatorres naquela região.

"O nosso objetivo é trazer os atores envolvidos nessa temática para tentarmos chegar a um denominador comum, evitando prejuízos, danos ou crimes ambientais. A Lagoa da Anta é a última lagoa urbana de Maceió, que antigamente era bem maior. Hoje, é um espaço de convívio urbano muito importante e que deve ser preservado", disse. O parlamentar também deu ênfase ao entorno daquele espaço, pois envolve matas ciliares, cuja supressão, segundo ele, é um crime ambiental. "Existem ainda outras questões, como a mobilidade urbana. Precisamos ter em vista, como prioridade, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável", concluiu.

Processo

Ainda em seu pronunciamento, Delegado Leonam informou que, apesar dos artigos constitucionais 5º, que remetem à livre manifestação do pensamento, e 53, que trata da imunidade material, ele foi processado pelo governador do Estado por exercer seu direito e dever, como deputado estadual, de fazer críticas à Segurança Pública de Alagoas. O parlamentar explicou que, durante o período de recesso parlamentar foi às ruas ouvir a população sobre suas queixas em relação aos problemas de segurança no Estado.

O deputado destacou que o Poder Judiciário negou, em 1ª instância, a liminar pedida pela PGE. Em seguida, prosseguiu Leonam, eles recorreram da decisão e, no Tribunal de Justiça, mais uma vez, foi negado provimento. O parlamentar ressaltou que o Judiciário alagoano foi justo e imparcial e defendeu a democracia. "O que pude perceber é que, depois de nossa cobrança, uma mudança de postura foi tomada na gestão da Segurança Pública do Estado. Isso é bom e um sinal de que nosso trabalho enquanto oposição surtiu efeito", afirmou.

BRASIL

Ronaldo Medeiros repercute denúncia apresentada pela PGR contra Jair Bolsonaro

A denúncia formulada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi tema do pronunciamento do deputado Ronaldo Medeiros (PT) durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 19. Além de Bolsonaro, outras 33 pessoas também foram denunciadas pelos crimes de liderança de organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; e deterioração de patrimônio tombado.

"Planos ousados! E ainda deixaram registrados em agendas, em celulares. Parece que eles queriam deixar para a posteridade esses documentos. Generais, coronéis do Exército, policiais federais envolvidos no planejamento de um golpe de Estado e assassinatos", destacou o petista.

Medeiros prosseguiu criticando os atos do ex-presidente da República, citando atitudes de Bolsonaro que, durante a pandemia da Covid-19, teria desestimulado a população a se vacinar e a usar métodos de proteção contra o coronavírus, que se espalhou pelo mundo, tirando a vida de milhares de pessoas. "Foi um descaso. Um ex-presidente que boicotou a educação pública, a saúde, cortou verbas de universidades. Não construiu uma casa durante seu mandato, nem uma universidade ou instituto federal", cobrou Ronaldo Medeiros, alertando os colegas de plenário para continuarem acompanhando o desenrolar dos fatos relativos à denúncia contra Bolsonaro e demais pessoas.

"O STF, creio eu, vai ser ágil na apuração, porque isso já vem se arrastando há muito tempo. Os crimes praticados e as tentativas, provadas com vários documentos e testemunhas, devem ser apurados, e os infratores têm de ser punidos exemplarmente", avaliou o parlamentar, ressaltando ainda que a democracia é o que há de mais sagrado em uma nação e que só por meio dela a sociedade pode expressar suas vontades de forma responsável.

Em aparte, o deputado Cabo Bebeto (PL) discordou da fala de Medeiros e defendeu Bolsonaro, argumentando que o ex-presidente realizou diversas obras em todo o País, inclusive em Alagoas. "Ele (Bolsonaro) entregou o complexo habitacional do Benedito Bentes, eu estive lá prestigiando; na orla lagunar; no município de Teotônio Vilela, do qual também participei", assegurou Bebeto, acrescentando que, no que diz respeito à acusação de que Bolsonaro planejou um golpe, o parlamentar lembrou que, em dezembro, o ex-presidente nomeou três ministros indicados por Luiz Inácio Lula da Silva para as Forças Armadas. "Quem deu a posse foi Bolsonaro. Ele iria dar um golpe e botar os três chefes das Forças Armadas indicados pela pessoa que ele quer derrubar?", questionou o deputado Cabo Bebeto, finalizando seu aparte.

SEGURANÇA

Deputados debatem Segurança Pública e destacam investimentos no setor

O pronunciamento do deputado Silvio Camelo (PV), parabenizando o Governo pela realização de concurso público para delegado, suscitou um debate sobre Segurança Pública em plenário. "Foram empossados 50 novos delegados na semana passada, o que representa um marco para a Segurança Pública no Estado, assim como a quantidade de CISPs entregues à população, os novos armamentos adquiridos e o trabalho realizado pela Secretaria de Segurança Pública, que tem ganhado destaque em todo o País", elencou o líder.

O deputado Delegado Leonam (União Brasil) parabenizou os 50 novos delegados empossados, desejando-lhes sorte e sucesso na nova missão. "Sou delegado de polícia há mais de 10 anos e sei como se deve combater a criminalidade e as facções criminosas em nosso Estado", afirmou Leonam, ressaltando que o caminho certo é o investimento em estruturas para as polícias Militar e Civil, com a aquisição de novas viaturas, realização de concursos públicos, ampliação do policiamento ostensivo e investigativo, além da promoção justa dos profissionais.

O deputado Ronaldo Medeiros (PT), no entanto, foi além e defendeu sua tese de que as melhorias nos índices de segurança vão além da realização de concursos públicos para as polícias. "Além de mais policiamento e bases CISPs, é também importante construir mais creches e investir em políticas sociais, dando oportunidades aos mais pobres e oferecendo melhor educação", afirmou o petista, lembrando que políticas de investimento focadas exclusivamente em policiamento não deram certo no Rio de Janeiro.

Por outro lado, o deputado Cabo Bebeto (PP) reforçou que é preciso apoiar a polícia alagoana. "A nossa polícia é boa, nossa polícia é firme. O Estado tem que investir? Tem. Tem que incentivar? Mas deve-se apoiar ainda mais", disse ele, afirmando ser necessário reduzir os empecilhos para a atuação dos policiais.

Por fim, Alexandre Ayres (MDB) defendeu a imparcialidade nos discursos sobre a área de segurança, também afirmando que hoje a Secretaria de Segurança, por meio de seu trabalho de monitoramento, tem condições de impedir crimes como um sequestro relâmpago. "Um vídeomonitoramento feito aqui em Maceió permitiu que, em menos de três minutos, a vítima fosse resgatada. Isso é um trabalho, um investimento que requer custo, e o Governo do Estado tem se dedicado a isso", elogiou ele. "Precisamos investir em educação e preparar melhor os nossos cidadãos para que possamos combater a criminalidade, juntamente com mais investimento nas polícias Civil e Militar", encerrou Ayres.

ALAGOAS

Delegado Leonam convida população para debater preservação da Lagoa da Anta em audiência pública no dia 10 de março

Em uma sessão realizada nesta quarta-feira, 19, o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais da Casa, deputado Delegado Leonam (União Brasil), fez um convite aos parlamentares e à população para participarem de uma audiência pública que discutirá a preservação da Lagoa da Anta, localizada no bairro da Jatiúca, em Maceió. O motivo do debate é um projeto que pretende construir cinco megatorres na região, o que levantou preocupações sobre possíveis danos ambientais.

Segundo o deputado, a Lagoa da Anta é a última lagoa urbana de Maceió e é um espaço de convívio muito importante que deve ser preservado. Além disso, ele destacou a importância da preservação das matas ciliares ao redor da lagoa, ressaltando que a supressão dessas áreas é considerada um crime ambiental. A mobilidade urbana também foi mencionada como uma questão que deve ser considerada dentro do contexto de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Durante seu discurso, Delegado Leonam também abordou um processo no qual está envolvido, movido pelo governador do Estado por críticas feitas à Segurança Pública de Alagoas. O deputado explicou que buscou ouvir a população durante o recesso parlamentar e percebeu a preocupação com o aumento da criminalidade e a influência das facções criminosas no Estado. Mesmo após ter seus vídeos publicados nas redes sociais e ter sido processado, Leonam destacou que o Judiciário foi justo e imparcial ao negar as liminares solicitadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

O deputado ressaltou que a oposição tem um papel fundamental na cobrança por mudanças e que as ações realizadas tiveram impacto na gestão da Segurança Pública do Estado. A audiência pública marcada para o dia 10 de março será uma oportunidade para discutir essas questões e buscar soluções que visem o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental.

CRÍTICAS

Deputada Cibele Moura Defende Abertura Comercial e Critica "Taxa das Blusinhas" como Grande Erro do Governo Lula

A recente declaração da deputada estadual Cibele Moura reflete uma preocupação crescente entre os brasileiros quanto à chamada "taxa das blusinhas", amplamente criticada como uma medida que dificulta o acesso a bens de consumo, especialmente para as classes mais baixas. Moura, que constantemente defende a liberalização econômica, reiterou que "abrir o mercado favorece diretamente os mais pobres", ao comentar sobre os resultados de uma pesquisa realizada pela AtlasIntel/Bloomberg.

Os dados revelaram que uma significativa parcela da população considera essa taxa um dos maiores equívocos do atual governo, o que indica um desejo latente por políticas que facilitem o comércio e reduzam as barreiras à importação. A reação contundente do público vem sendo utilizada por grupos de defesa da liberdade econômica, como o Livres, para argumentar em favor de uma maior integração do Brasil ao mercado global.

Em suas atividades na Assembleia Legislativa, Cibele Moura tem se destacado como uma voz proeminente em defesa da redução de impostos e da simplificação das normas de comércio. Ela acredita que tais medidas são essenciais para dinamizar a economia, incentivar o empreendedorismo e garantir que produtos importados se tornem mais acessíveis, sobretudo para os menos favorecidos.

O debate em torno da "taxa das blusinhas" transcende questões meramente econômicas, refletindo uma discussão maior sobre o papel do governo na regulação dos mercados e o impacto dessas regulações sobre as camadas mais vulneráveis da população. Moura e outros defensores da abertura econômica argumentam que a redução de tarifas e o incentivo ao comércio exterior são estratégias fundamentais para promover equidade e prosperidade em um país onde a desigualdade ainda é um desafio significativo.

EDUCAÇÃO

Deputada propõe projeto para criação da carreira de professor indígena em Alagoas, visando preservar a cultura e tradições locais

A deputada estadual Fátima Canuto surpreendeu ao apresentar um projeto de lei inovador na Assembleia Legislativa de Alagoas. O projeto de lei nº 395/24, que autoriza o Governo do Estado a criar a carreira de professor indígena no quadro do Magistério Público de Alagoas, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e encaminhado para a Comissão de Educação para relatoria.

Segundo o projeto, a atuação dos professores indígenas visa garantir os direitos das comunidades indígenas à educação escolar utilizando suas línguas maternas e secundárias, além de respeitar seus processos próprios de aprendizagem. Os docentes indígenas serão responsáveis por ministrar aulas em unidades escolares indígenas, colaborando na elaboração de programas específicos, materiais didáticos, planejamento de ações, entre outras atividades que visam preservar a identidade étnica dos alunos.

A deputada Canuto ressaltou a importância de garantir segurança e direitos aos professores indígenas como forma de fomentar a cultura e manter viva as tradições das etnias no Estado. O projeto de lei estabelece que o ingresso na carreira de professor indígena será mediante aprovação em concurso público de prova e títulos, com a estruturação da carreira em três classes e seis níveis, possibilitando o desenvolvimento por meio de promoções e progressões.

Além disso, neste mês, a Secretaria do Estado da Educação (Seduc) está entregando três novas escolas indígenas em Alagoas, beneficiando os povos Kalankó, Karuazú e Aconã. Com essas novas unidades, o Estado passará a contar com um total de 19 escolas indígenas, demonstrando o compromisso das autoridades locais com a valorização e o respeito às comunidades indígenas.

ALAGOAS

Projeto de Resolução que concede Comenda do mérito legislativo a Elza Miranda será apreciado na Assembleia Legislativa de Alagoas

Na próxima semana, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas estará discutindo um importante Projeto de Resolução, de autoria do deputado estadual presente no texto, que propõe conceder a Comenda do mérito legislativo Tavares Bastos a Elza Miranda. A homenagem reconhece a significativa contribuição de Elza para a causa da democracia, destacando seu papel em um momento marcante da história brasileira.

O filme "AINDA ESTOU AQUI", dirigido por Walter Salles, lançou luz sobre os anos sombrios da ditadura militar no Brasil, recordando um dos episódios mais trágicos de violação dos direitos humanos: os desaparecimentos forçados. A narrativa sensível do filme recria o contexto autoritário da década de 1970, retratando a crueldade do regime e os impactos na família Paiva, especialmente no desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva.

Rubens Paiva e muitos outros brasileiros, incluindo o alagoano Jayme Miranda, foram vítimas de desaparecimentos inexplicáveis durante aquele período sombrio da história do Brasil. Essas ausências deixaram marcas profundas de sofrimento, angústia e incerteza nos familiares e amigos, que lutaram incansavelmente por verdade e justiça.

Assim como Eunice Paiva, Elza Miranda também teve que enfrentar a terrível realidade do desaparecimento de seu marido, Jayme Miranda. Após anos de busca e incansável luta por informações e justiça, Elza se viu obrigada a se reinventar, reconstruindo sua vida em meio à dor e à incerteza.

Com 87 anos de idade, Elza Miranda é hoje uma das poucas esposas de desaparecidos políticos ainda vivas. Sua história de resistência, coragem e determinação merece ser lembrada e reconhecida. A proposta de conceder a Comenda do Mérito Legislativo Tavares Bastos a Elza Miranda reflete o compromisso com a reparação histórica, a verdade e a justiça, em consonância com os valores democráticos e civilizatórios da sociedade atual.

O gesto do deputado estadual em homenagear Elza Miranda ressalta a importância de recordar e valorizar aqueles que lutaram e sofreram em defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil. A memória desses heróis e heroínas deve permanecer viva, inspirando as gerações futuras a lutarem por um mundo mais justo e igualitário.